

Educação, política e transformação: avaliação, inclusão e inovação em tempos de reconstrução social

Sidney Luiz de Matos Mello ^a 

Vivemos um tempo em que a Educação é novamente chamada a reconstruir pontes sociais, restaurar a confiança nas instituições e reconfigurar o pacto civilizatório que sustenta a democracia. A pandemia de Covid-19 não apenas interrompeu processos de aprendizagem, mas também expôs, com clareza, os limites estruturais e as desigualdades históricas que marcam os sistemas educacionais, tanto no Brasil quanto em escala global (Dias, Ramos, 2022; Supovitz Hemphill, Manghani, Watson, 2024). O fechamento prolongado das escolas, a desigualdade de acesso digital, a perda de aprendizagem e a desvalorização docente compuseram um quadro que exigiu respostas urgentes e sustentáveis – e que ainda interpela políticas e práticas.

Ao mesmo tempo, o mundo atravessa um processo acelerado de transição tecnológica e ecológica. A inteligência artificial, a economia verde e a transição energética impõem novos parâmetros à formação de competências, à organização curricular e às políticas públicas de avaliação. Como afirma Nussbaum (2011), a Educação é, hoje, o “núcleo moral” do desenvolvimento humano, pois dela depende a capacidade de imaginar futuros comuns e de agir coletivamente diante de desafios planetários. Nesse cenário, a Educação deixa de ser somente política setorial e passa a se afirmar como política civilizatória, articulada à sustentabilidade, à justiça cognitiva e à cidadania global (Santos, Meneses, 2020).

Neste contexto, a avaliação educacional e as políticas públicas emergem não apenas como instrumentos técnicos, mas como dimensões ético-políticas da reconstrução social (Freire, 1974; Cotta; Paiva, 2019; Ball, 2017). Avaliar é um ato político: é decidir o que a sociedade valoriza — se a equidade ou a competição, a emancipação ou o controle, o bem comum ou o desempenho isolado. Avaliar

^a Faculdade/Fundação Cesgranrio, Rio de Janeiro, RJ, Brasil; Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil.

implica julgar, mas também aprender; é um processo que revela a coerência entre o que se anuncia nas políticas e o que se concretiza nas escolas e universidades.

Nas últimas décadas, o Brasil construiu um sofisticado arcabouço de avaliação e regulação – do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) –, que contribuiu para ampliar a transparência e a *accountability* pública. No entanto, a consolidação de uma cultura avaliativa democrática ainda é um desafio. Não basta medir resultados; é preciso compreender processos, reconhecer contextos e traduzir evidências em decisões capazes de fortalecer a Educação como direito, e não como privilégio (Simões, 2019).

É nesse horizonte que se insere a revista *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*. Há mais de três décadas, o periódico tem sido um espaço de encontro entre pesquisa, gestão e prática docente, promovendo o diálogo crítico sobre as múltiplas dimensões da qualidade educacional. A *Ensaio* consolidou-se como referência nacional e latino-americana ao reunir trabalhos que discutem a Educação em sua complexidade: formação docente, políticas públicas, internacionalização, equidade, inovação e sustentabilidade.

Cada número é, portanto, mais do que uma edição: é um testemunho do esforço coletivo de compreender o papel da Educação na reconstrução do Brasil e da América Latina. Em tempos de incerteza, a ciência educacional tem o dever de produzir não apenas diagnósticos, mas também caminhos – e de fazê-lo de modo crítico, inclusivo e socialmente comprometido.

A presente edição reafirma essa vocação. Reúne um conjunto diversificado de estudos que analisam políticas, avaliam práticas e propõem novas perspectivas para o Ensino, a formação e a inclusão. São pesquisas realizadas em universidades e redes escolares do Brasil, Chile, México e Espanha, que, ao dialogarem entre si, revelam uma agenda comum de reconstrução: avaliar para transformar, incluir para democratizar e inovar para sustentar o futuro.

Os artigos convergem em torno de um tema central: a redefinição do papel do Estado e das políticas públicas na garantia do direito à Educação. A análise de Pedro Demo e Cristiano Calisto, em “A quem interessa uma escola tão inepta?”, oferece uma crítica contundente à funcionalidade das ineficiências educacionais. A “inépcia” da escola pública, como alertava Darcy Ribeiro, não é casual, mas consequência de um modelo que naturaliza a desigualdade e reduz a Educação à administração da carência.

Essa crítica encontra paralelo na pesquisa de Diego Carneiro, Cristiano Silva e Guilherme Irffi, que examina os efeitos simbólicos e práticos da política de rateio do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) Educacional no Ceará. Ainda que sem aumento direto de recursos, a expectativa de redistribuição condicionada à aprendizagem produziu ganhos mensuráveis de desempenho, revelando a força das políticas de incentivo baseadas em resultados e transparência.

Na mesma direção, Maria Dilnéia Espíndola Fernandes e Solange Jarcem Fernandes analisam a execução do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) em Campo Grande, destacando as interações entre política nacional, economia local e valorização docente. O estudo demonstra que o fundo cumpre papel redistributivo essencial para a manutenção e o reconhecimento da força de trabalho docente, especialmente diante das transformações fiscais recentes.

Na Educação Superior, Eduardo Russo, Ariane Roder Figueira e Andréa Reis Torres examinam a implementação do Programa Institucional de Internacionalização da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes-PrInt) na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), expondo as tensões entre o planejamento estratégico e as capacidades institucionais de execução. O artigo demonstra que a internacionalização depende tanto de financiamento quanto de governança e clareza avaliativa, sendo este um desafio compartilhado por diversas universidades latino-americanas (Knight, 2020; Guimarães, Finardi, 2021).

A formação e a prática docente também permanecem no centro do debate contemporâneo sobre a qualidade da Educação. Ana Cláudia Delfini e Mônica Carvalho discutem as políticas de formação docente na Educação Infantil, evidenciando a distância entre os programas oficiais e as realidades pedagógicas do cotidiano escolar. Já Ângela Maria Martins, Vanessa Viebrantz Oster e Edmar Lucas Ferreira Sehnem ampliam a reflexão ao analisar a formação inicial de professores da Educação Básica à luz do Plano Nacional de Educação (2014–2023), apontando avanços e fragilidades na implementação das metas relativas à valorização docente. Ambas as pesquisas reafirmam que a formação eficaz é contínua, contextualizada e sustentada por comunidades de prática, alinhando-se à concepção de aprendizagem situada proposta por Lave e Wenger (1991).

A revisão integrativa conduzida por Anaísa Abrahão, Maria Teresa Martins e Rosa Monteiro sobre a Teoria da Mudança (TdM) na Educação Inclusiva inova ao aplicar uma ferramenta de planejamento e avaliação, originária da política

social, ao campo educacional. O estudo revela que a TdM pode fortalecer políticas inclusivas se articulada a modelos universais de aprendizagem, protagonismo discente e justiça epistêmica, princípios que ecoam em Nussbaum (2011) na defesa da equidade cognitiva e do reconhecimento das diferenças.

Na Educação Superior, Ia Kapelastegi-Osoro e Ab Mongelos García analisam percepções de docentes e estudantes sobre avaliação formativa em universidades do País Basco. O artigo evidencia o potencial transformador da avaliação participativa e o papel do *feedback* contínuo na melhoria da qualidade da aprendizagem.

No mesmo campo da inclusão e equidade, Lia Machado e colaboradores examinam os efeitos da exclusão digital sobre as aprendizagens escolares, ressaltando a urgência de políticas públicas que articulem infraestrutura tecnológica, formação docente e equidade territorial no acesso à conectividade e aos recursos digitais.

O tema da cidadania global e da internacionalização é abordado sob múltiplas perspectivas. Ramón Ortiz-Rojo, Kyria Finardi e Adonai Lacruz problematizam a ambivalência do discurso global sobre cidadania, contrastando experiências de universidades do Norte e do Sul Global. O trabalho dialoga com a tradição crítica latino-americana que questiona a universalidade das epistemologias hegemônicas e reivindica um cosmopolitismo de base solidária (Santos, Meneses, 2020).

Essa perspectiva é complementada pelos estudos de Ana Fabiola Meza-Cortés e Katherine Gajardo Espinoza sobre a aprendizagem do “ser e conviver” nas escolas do México e da Espanha, e de Teresa Ríos Saavedra, Christian Larotonda Dinardi e Soledad Rodríguez Olea sobre a Educação intercultural bilíngue no Chile. Ambos destacam o papel das escolas na reconstrução da convivência democrática e na valorização das identidades culturais e linguísticas.

As transformações no sistema de avaliação da Educação Superior constituem outro eixo central desta edição. Dieter Koch, Daniel López e Elizabeth Troncoso, em *Las regulaciones de la calidad en la Educación Superior en Chile*, analisam como o fortalecimento das agências de acreditação pode tanto impulsionar a qualidade institucional quanto gerar processos de burocratização excessiva. O caso da Universidade Tecnológica Metropolitana (UTEM) demonstra que, embora o sistema chileno de acreditação tenha promovido melhorias em indicadores acadêmicos e de gestão, ainda persiste o risco de reduzir a qualidade à mera conformidade regulatória.

A comparação com a experiência brasileira permite refletir sobre o equilíbrio entre autonomia universitária e *accountability* pública – tema presente nos debates recentes sobre o Sinaes e a necessidade de modernização dos seus instrumentos. O desafio é construir um sistema de qualidade que valorize o aprendizado institucional e a inovação educacional.

A diversidade de artigos e contextos desta edição revela uma mesma direção ética: a reconstrução da Educação pública como espaço de emancipação, equidade e inovação. Os estudos aqui reunidos demonstram que avaliar é também um ato político — de afirmar valores, reconhecer sujeitos e transformar práticas.

A revista *Ensaio* reafirma, assim, sua missão de ser um espaço de diálogo entre a pesquisa acadêmica e a formulação de políticas públicas. Em tempos de incerteza, a produção científica torna-se um exercício de esperança fundamentada — uma aposta na inteligência coletiva e no poder transformador da Educação.

A reconstrução social que o Brasil e a América Latina demandam passa, necessariamente, por uma Educação capaz de formar para a convivência, avaliar para a justiça e inovar para a sustentabilidade. Este é o convite que esta edição lança à comunidade acadêmica e às instituições de Ensino: transformar a avaliação em compromisso público e a política educacional em horizonte de transformação social.

Referências

- BALL, S. J. *Sociologia das políticas educacionais e pesquisa crítico-social: estudos sobre a reforma educacional e as condições de escolarização*. Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2017.
- COTTA, T. C.; PAIVA, M. M. Políticas públicas e avaliação educacional no Brasil: desafios e perspectivas. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 40, e020229, 2019.
- DIAS, E.; RAMOS, M. N. A educação e os impactos da Covid-19 nas aprendizagens escolares. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 117, p. 859-870, out./dez. 2022. <https://doi.org/10.1590/S0104-40362022004000001>
- FREIRE, P. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- GUIMARÃES, F. C.; FINARDI, K. R. Internationalization and english as a medium of instruction in Brazil: insights from the English without Borders Program. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, Belo Horizonte, v. 21, n. 2, p. 317-343, 2021.
- KNIGHT, J. Updating the definition of internationalization of higher education. *International Higher Education*, Chestnut Hill, n. 102, p. 2-3, 2020.
- LAVE, J.; WENGER, E. *Situated learning: legitimate peripheral participation*. Cambridge: Cambridge University, 1991.
- NUSSBAUM, M. C. *Not for profit: why democracy needs the humanities*. Princeton: Princeton University, 2011.
- SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (Orgs.). *Epistemologias do Sul: contextos e desafios*. Coimbra: Almedina, 2020.
- SIMÕES, G. *Avaliação educacional: fundamentos, políticas e práticas*. São Paulo: Cortez, 2019.
- SUPOVITZ, J. A.; HEMPHILL, A. A.; MANGHANI, O.; WATSON, C. Cogs of inequity: how structural inequities impeded school efforts to support students and families at the outbreak of the COVID-19 pandemic. *Equity in Education & Society*, Londres, v. 3, n. 3, p. 224-239, 2024. <https://doi.org/10.1177/27526461231153666>



Informações sobre o autor

Sidney Luiz de Matos Mello: Geólogo, PhD e professor titular na Universidade Federal Fluminense (UFF), da qual foi reitor, bem como na Fundação Cesgranrio. Atua nas áreas de avaliação educacional, políticas públicas e ciências do mar, com ênfase em inovação, sustentabilidade e formação docente. É membro da Academia Brasileira de Educação.